

O Museu Histórico Nacional

Reportagem de ALBERTO ROCHA

Onde foi a Ponta do Calabouço e nos terrenos ali conquistados ao mar, ao lado do Ministério da Agricultura, defrontam-se duas das mais interessantes construções do Rio de Janeiro. Uma antiga, das mais antigas mesmo da cidade, abriga na sua parte mais velha o Museu Histórico Nacional; a outra, moderna, moderníssima pelas linhas e pela finalidade, é a estação de hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont.

Aquela tem uma história longa e cheia de acontecimentos notáveis. Feita por partes, a primeira delas foi construída em 1762, no reinado de D. José I, pelo Conde de Bobadella, destinava-se a fins militares — “*militibus confabricata domus*”, diz-nos a lápide que encima a sua porta de entrada, em estilo barrôco português — e chamava-se a Casa do Trem, posteriormente Casa da Ordem. Foi aumentada do “corpo do verdadeiro Arsenal de Guerra”, em 1822, e do Anexo, em 1835. Tudo veio a constituir, posteriormente, o antigo Arsenal de Guerra da Côrte. Alguns passos apenas depois da entrada do Museu, uma outra pedra marca o lugar onde caiu assassinado o Marechal Machado Bittencourt, Ministro da Guerra do Presidente Prudente de Moraes. E quem visitar o Museu repare, entre as salas Guilherme Guinle e Sotto Mayor, na Secção de Numismática, um compartimento gradeado, onde se acha instalada a casa forte. Nesse local foi encontrado morto Marcelino Bispo e ainda ha quem julgue ouvir, dali provindos, em determinadas épocas do ano, gemidos lancinantes. Durante a Exposição comemorativa do Centenário de nossa Independência, em 1922, o edifício, inteiramente remodelado e com a feição que hoje tem, serviu como Palácio das Grandes Indústrias, chamando

a atenção dos visitantes para a necessária e crescente industrialização do país.

A outra construção foi inaugurada em fins do ano passado e espelha nas linhas e no luxo sóbrios o gosto da época. Constitue o marco inicial dessa obra gigantesca que é o aeroporto da capital da Nação. Por ela passam diariamente brasileiros de todos os Estados, que encontraram na aviação a única medida possível para as nossas distâncias.

E é curioso como, tão dispares no aspecto e nos fins a que se destinam, essas duas construções têm uma identidade profunda: ambas dão-nos o sentido da unidade e da continuidade. A primeira, velha e abrigando coisas do passado — a do Museu — dá-nos o sentido da unidade espiritual da Nação e da continuidade no tempo; a outra, novíssima e servindo ao mais rápido e moderno dos meios de comunicação — a do aeroporto — dá-nos o sentido da unidade material e da continuidade no espaço, concorrendo, pelas suas funções, para nos tirar da atual condição de arquipélago, com que já nos compararam com tanta felicidade, realizando o nosso destino de nação continental.

*
* *
*

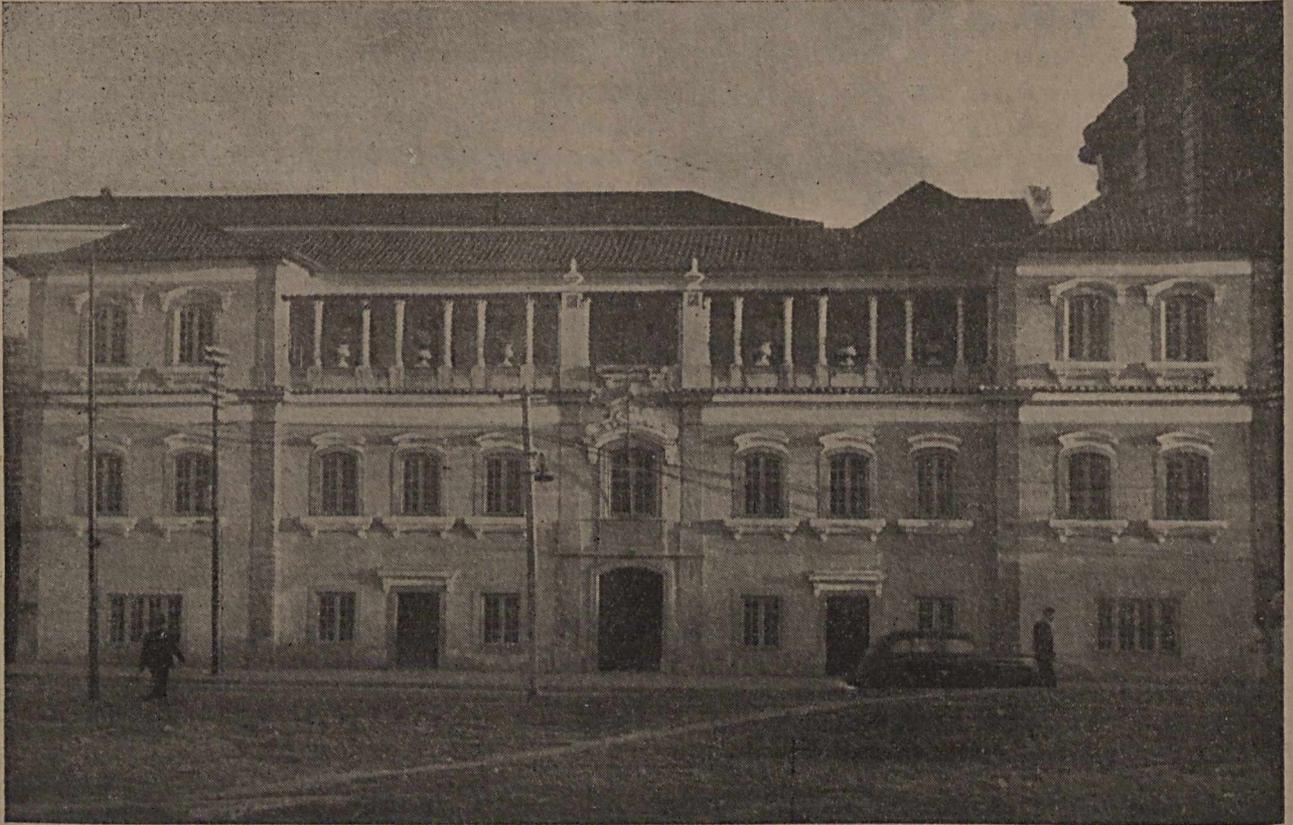
Foi a essa velha casa, cheia de história e abrigando tantas coisas do nosso passado, que nos dirigimos, quando a direção da *Revista do Serviço Público* nos recomendou a realização de uma reportagem sobre o Museu Histórico Nacional, suas condições atuais e necessidades, os sonhos, que sabíamos ser os do seu pessoal, de transformá-lo

na verdadeira Casa do Brasil, onde fossem reunidos, encontrando abrigo seguro e desvelados cuidados, todos os objetos com significação histórica e que sirvam para reconstituir períodos da nossa vida e a vida dos homens que serviram e ilustraram este país.

Encaminhados ao gabinete do Dr. Menezes de Oliva, chefe da secção de História, fomos encontrá-lo em companhia de outros funcionários, cuidando das providências para a próxima re-

n. 15.596, de 2 de agosto de 1922, do Governo do Presidente Epitácio Pessoa.

Já existiam então, no nosso país, diversas coleções de objetos e documentos históricos, guardados em diversas repartições, e que permaneciam numa lamentável dispersão, pela falta de uma a isso exclusivamente dedicada. Ao mal da dispersão, vinha juntar-se o de que algumas dessas coleções não eram facilmente acessíveis e tiravam, assim, ao grande público, as incontestáveis



Fachada do edifício onde se acha instalado o Museu Histórico Nacional, à Praça Marechal Âncora

abertura do Museu, que passou, no ano findo, por extensas reformas materiais, que lhe adicionaram um andar e seis novas salas.

Gentilmente atendidos, pedimos-lhe que, antes de iniciar-se a visita, em que seria nosso guia — guia erudito, a quem cada objeto fazia rememorar fases da nossa história e todo um anedotário preso a coisas mínimas — dissesse alguma coisa sobre o Museu, como se iniciara.

— O Museu nasceu por ocasião das comemorações do Centenário da nossa Independência e constituiu, pode-se dizer, uma das mais felizes dessas comemorações. Criou-o o Decreto

vantagens do ensino objetivo, proporcionado pelos Museus.

Graças ao acervo recolhido dessas repartições, foi possível organizar o Museu em relativamente pouco tempo, abrindo-o logo ao público, já com apreciável número de objetos. Constituíram o seu núcleo inicial as coleções do antigo Museu de Artilharia, do Arquivo Nacional, da Secção de Numismática da Biblioteca Nacional e do Museu Naval, que funcionava onde foi o edifício do Almirantado e é hoje a sede do Pretório. Foram essas coleções distribuídas pelo velho edifício, aproveitando-se o pátio, salas, corredores,

tudo, aproveitando-se os armários, estantes e outros moveis que serviam para os mostruários da Exposição de 1922. Já então começava o nosso velho e sempre presente problema da falta de espaço e meios.

— E com o pessoal, tiveram dificuldades ?

— Sim e não. Sim, pela escassez e porque foi preciso pensar na sua formação; e não, porque o pouco que aqui trabalha fá-lo com tal boa vontade e dedicação, que só pode ser compreendida por quem sentir o amor que todos, desde o mais humilde servente ao Diretor, têm por esta casa. Quanto àqueles, por exemplo, também temos algumas dificuldades. Os serventes antigos do Museu são homens que, mesmo por força do nosso regulamento, conhecem um ofício, de pintor, pedreiro, marceneiro, etc. Essa exigência do regulamento se explica, pois esses homens são verdadeiros zeladores do nosso patrimônio; além dos trabalhos de limpeza, que precisam ser executados com cuidado e conhecimento — não se pode limpar um quadro ou uma tapeçaria da mesma maneira por que se realizam, nas outras repartições, os trabalhos normais desse gênero —, eles executam restaurações e concertos que muito nos ajudam. Quem percorrer as nossas salas encontrará, a cada passo, sinais dessa atividade. O mesmo não podemos dizer, e é natural que assim seja, de outros, mais recentes, ainda não adaptados aos aspectos particularíssimos da atividade que aqui devem exercer. Têm boa vontade, mas falta-lhes o conhecimento de uma profissão, que o regulamento exigia com sabedoria. A solução melhor, a mais conveniente à organização geral da administração e aos cofres públicos, precisa ser estudada. O que apresenta inconvenientes óbvios é, depois de um longo período de formação e adaptação ao trabalho do Museu, um servente ser daqui retirado e substituído por outro sem habilitações e que precisa renovar todo o aprendizado por que passou o primeiro.

— O Sr. falou em formação do pessoal...

— Efetivamente, o Museu vem cuidando disso, por intermédio do Curso de Museus ou de Museologia, como queira, que constitui, aliás, um dos aspectos da sua atividade cultural.

— Curso de Museus...

— Sim, instituído pelo Decreto n. 21.129, de 7 de março de 1932, destinado ao ensino da técnica de Museus. Pelo novo Regulamento do Museu, para ser funcionário é obrigatória a realização do curso, sendo assegurado, aos seus ti-

tulados, o direito de preferência absoluta. Aliás, já têm eles sido aproveitados, dois já trabalham aqui e tres no Museu de Belas Artes, nomeados em virtude do curso, que recruta os que têm pendor para esta espécie de trabalho e dá-lhes a necessária formação básica, durante dois anos.

— Qual é a organização do Curso ?

— As cadeiras têm a seguinte distribuição :

1.º ano : História da Civilização Brasileira (Período Colonial) ; Numismática (Parte Geral) ; História da Arte Brasileira ; Arqueologia Brasileira.

2.º ano : História da Civilização Brasileira (até a atualidade) ; Numismática e Sigilografia (Parte Brasileira) ; Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia.

Esta última cadeira, de natureza técnico-prática, é regida pelo próprio Diretor, Dr. Gustavo Barroso, e nela se ensina a classificação e tratamento de todos os objetos, desde a entrada no Museu até a colocação nas salas, o que obedece a determinados princípios, seja o critério histórico, a espécie de objeto — joias, porcelanas, armas — etc.

O Curso tem como professores funcionários do Museu e se notabiliza pela particularidade de que o aluno paga e o professor é gratuito. Entrou em funcionamento logo após a sua instituição e com a finalidade não só de recrutar e selecionar funcionários para o Museu, como de disseminar conhecimentos uteis.

— Tem sido muito frequentado ?

— Desde a sua fundação inscreveram-se 142 alunos, de ambos os sexos, com predominância do elemento feminino; desses, fizeram exames e lograram aprovação 39 "museologistas".

— Resumem-se no Curso as atividades culturais do Museu ?

— Não; são feitos também cursos rápidos de extensão universitária e conferências, sobre História, Folk-Lore, História Militar, além da realização de sessões cívicas e comemorativas.

— O Sr. quererá nos obsequiar com um exemplar do último catálogo ?

— Só existe um catálogo, organizado pelo Dr. Gustavo Barroso, datado de 1924 e que constitui uma simples relação dos objetos então existentes. Desde então as nossas coleções muito se enriqueceram, o que tornou necessária a elaboração de outro, que está sendo realizado pelo Diretor, este mais completo, descritivo, com notas

biográficas, no caso de objetos artísticos, não só do personagem histórico em foco, num retrato por exemplo, como do artista responsável pela obra. É um trabalho exaustivo, pois, como lhe disse, as nossas coleções estão muito aumentadas e o pessoal é reduzidíssimo, o que, com o Museu a abrir-se proximamente e os serviços normais, de rotina, torna quasi impossível a sua realização, pelo menos em tempo razoavelmente curto. Em todo caso, dou-lhe a boa notícia de que está muito adiantado.

Si nós pudessemos contar — digamos — com as facilidades existentes, na Argentina... Ali diz-nos "Informaciones Argentinas", o Museu Histórico — menor que o nosso, pois abriga apenas 4.000 objetos — acaba de obter a construção de um palácio para sua sede e foram tomadas providências para a organização de um catálogo perfeito, a tal ponto que cada objeto terá a sua reprodução fotográfica apensa à ficha de classificação. Julga a administração do instituto argentino que "a simples classificação, por matéria e procedência, não constitui garantia suficiente aos fins do inventário que deve existir".

Nós nos contentaríamos em dispor de todo este edifício, que será, em boa parte, brevemente desocupado, com a mudança das oficinas do *Diário Oficial* para o novo edifício que a Imprensa Nacional tem em construção. É um pouco mais de gente.

— O problema de espaço é premente?

— Agora estamos um pouco melhorados, pois, durante as obras do ano passado, foi acrescentado mais um andar, seis salas ao todo. Devemos este inestimável benefício ao Presidente Getúlio Vargas e ao seu Ministro da Educação, Dr. Gustavo Capanema. Mas, isto aqui é uma casa que se expande e, quanto mais espaço houver, maiores e melhores serão as possibilidades de trabalho e de expansão. Todo este edifício, é o de que nós precisamos, e temos fé que o Presidente nos concederá.

Uma casa com a significação cultural e social desta tem grandes responsabilidades e queremos estar à altura delas, para servir à cultura do nosso povo. Ficamos um pouco fora de mão, é verdade, mas a vizinhança do aeroporto, que dará mais vida a este trecho da cidade, nos traz grandes esperanças. Mais gente passará por aqui; desses, muitos entrarão e é o quanto basta, pois temos a certeza de que voltarão, trazendo companhia...

— Poderia nos informar o número de visitantes?

— Pois não. Aqui tem os dados:

1930	4.668	visitantes
1931	6.778	"
1932	9.250	"
1933	14.334	"
1934	17.668	"
1935	18.384	"
1936	18.930	"

Esses os dados de que dispomos no momento. Em 1938 o Museu esteve fechado, como sabe, mas apesar disso tivemos visitantes. Não fazíamos ninguém voltar da porta.

— Houve um roubo?...

— Sim, devido à falta de vigilância noturna, o maior dos absurdos numa casa que guarda tantos valores. E si a situação não é pior, sob este aspecto, devemos aos nossos amáveis vizinhos da estação marítima do Corpo de Bombeiros. Essa gente boa nos ajuda em tudo e, ainda por cima, afugenta os ladrões.

— Foi grande o prejuízo?

— Foram roubadas barretas de ouro de várias casas de fundição, de Minas Gerais e de Mato Grosso, além de dobrões e escudos de D. João V, tudo no valor de 250 contos. Até hoje nada se recuperou...

E, pensativo, numa apreensão visível:

— O Sr. sabe que o nosso medalheiro tem 70.000 peças?

— Mesmo sem levar em conta o seu inestimável valor histórico, deve ser grande o valor material das coleções do Museu...

Apanhando um relatório datilografado, o Dr. Menezes de Oliva informou-nos:

— Aqui está o inventário da 1.^a Secção, a de História. Acusa o total de 9.271 objetos, no valor de 13.472:584\$0.

Desses objetos entraram, de 1930 a 1938, 1836, valendo 1.563:830\$0, sendo por doação, 1714, responsáveis por 1.430:110\$0 do valor antes mencionado.

Isso sem levar em conta, por ainda não ter sido formalmente entregue à direção do Museu, a doação Calmon, feita por D. Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida, viuva do Dr. Miguel Calmon. São 605 objetos, que pertenceram a esse ilustre brasileiro, avaliados em cerca

de 3.000 contos. Essa Senhora e o Dr. Guilherme Guinle são os dois maiores doadores do Museu.

Até 1930 tinham entrado no Museu 6.830 objetos; desse ano a 1938, entraram mais 2.441; o que nos dá o total, de que a princípio lhe falei, de 9.271.

— E a outra secção?

— As coleções da Secção de Numismática estão avaliadas em 3.707:537\$0 (inclusive 95:003\$0 correspondentes à Biblioteca técnica), o que eleva o grande total, para as duas secções, a 17.180:121\$0.

Como manifestássemos, então, o desejo de iniciar a visita às diversas salas da secção de História, ainda em arrumações para a próxima reabertura, o Dr. Menezes de Oliva prontificou-se gentilmente a nos servir de *cicerone*.

* * *

Saindo do gabinete do Chefe da Secção de História, passámos à Sala Pedro I, que lhe fica ao lado, e é dedicada ao período da Independência e ao Primeiro Império.



Um canto da Sala Pedro I. A direita o retrato do primeiro Imperador, pintado por Henrique José da Silva; à esquerda, o quadro de De Martino "Aprisionamento da fragata General Dorrego."

— As outras secções também têm sua Biblioteca?

— Não. Além da da Secção de Numismática, existe a Biblioteca propriamente do Museu, que serve aos funcionários, aos alunos do Curso e aos estudiosos em geral. E, mais recentemente, a excelente Brasileira, da coleção Calmon, constituída por quasi 2.000 volumes encadernados, exclusivamente de obras sobre o nosso país. Ao todo, são uns 10.000 volumes.

O Dr. Menezes de Oliva chamou, desde logo, a nossa atenção para um grande quadro, seus dois metros de altura, representando o primeiro imperante, e que está pendurado à parede que dá para o seu gabinete.

— "Este quadro, disse-nos ele, tem, para nós do Museu, uma história curiosa. Por ocasião da fundação, entre as telas mandadas, como refugio, pela Escola de Belas Artes, figurava esta. Concertada a moldura e restaurado o quadro por

Alfredo Baldissara, não era possível identificá-lo. A chave para o enigma foi-nos dada, casualmente, na leitura da obra do Sr. Alberto Rangel sobre Pedro I e a Marquesa de Santos. Conta ele que, certo dia, foi apresentado ao Imperador o retrato que dele havia feito o pintor português Henrique José da Silva. Depois de examiná-lo,



Outro aspecto da Sala Pedro I: retratos da família da Marquesa de Santos. Da esquerda para a direita; ao alto, o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, a 1.ª Viscondessa de Castro e a Marquesa de Santos; ao centro, a Duquesa de Goiaz, D. Isabel Maria de Alcântara Brasileira; em baixo, D. Ana Cândida Tobias de Aguiar, nora da Marquesa, e Rafael Tobias de Aguiar Filho.

Pedro I, desgostoso com a obra, vibrou-lhe tremendo ponta-pé, produzindo grande rombo na tela. Henrique José da Silva, presente, ressentiu-se de tal maneira com o rompante imperial, que começou a chorar. E o Imperador, em mais uma demonstração do seu gênio impulsivo, comovido com o que presenciava, acabou por pedir desculpas ao pintor, na frente de todos os presentes. Pela descrição do quadro, feita por Alberto Ran-

gel, o identificámos como sendo este que aqui está. E, como melhor elemento de convicção, aqui vê o Sr. os vestígios do desagrado imperial".

Realmente, no canto inferior direito, encontram-se ainda os vestígios do rasgão ocasionado pelo desabafo do filho de D. Carlota Joaquina, que, para ser franco, foi bem merecido, pois no julgamento severo do Sr. Argeu Guimarães, "em Silva, educado na mediocre escola de Alexandrino de Carvalho, ha esterilidade, estreiteza de concepção, pobreza de tons, vulgaridade e abastardamento" (1). Pedro I apenas antecipava o julgamento de um contemporâneo ilustre...

Igualmente interessante é a marinha que se poderá ver à esquerda daquele retrato. Trata-se, diz o cartão da casa, do quadro de Eduardo de Martino sobre o "Aprisionamento da fragata General Dorrego pela fragata brasileira Bertioaga", do comando de Jorge Brun, vendo-se, mais ao fundo, a escuna Rio da Prata e o brigue Caboclo, que tinham por comandantes, respectivamente, Marques Lisboa e James Inglis. Desse mestre italiano, que pintou, no início da sua carreira, paisagens e motivos navais brasileiros e terminou como pintor oficial da Corte Inglesa, existem no Museu diversos outros quadros. Na própria sala dedicada ao Primeiro Império, ainda podem ser apreciados a "Abordagem da Fragata Imperatriz" e outro cujo título agora nos foge.

A propósito do primeiro, notavel pelo colorido e pelo movimento, contou-nos o Dr. Oliva outra dessas pequenas histórias que constituem pedaços da vida do Museu.

— "Certo dia, começou ele, a nossa atenção foi despertada por um visitante que por mais de meia-hora apreciava a tela de De Martino, collocando-se em todas as posições possíveis, ora se aproximando, ora se afastando, indo de um lado para o outro, sempre demonstrando grande interesse.

Bem, qual não é a nossa surpresa quando, ao aproximarmos-nos de tão curioso e atento visitante, reconhecemos o Almirante Gago Coutinho.

Assim que nos viu perto a si, foi logo dizendo: "Esse homem entendia de marinhagem, as velas estão desenhadas corretamente". E depois de algumas considerações relativas ao efeito do vento sobre os panos, concluiu: "O homem era

(1) História Artística — I — in Dic. Hist., Geog. e Etn., pág. 1.604.

marinheiro". Estava certo o velho Almirante, pois, como sabe, de Martino foi oficial de marinha".

A seguir, numa vitrine, está a espada que Pedro I trazia na tarde de 7 de setembro de 1822. Essa espada traz, na lâmina, as armas do Brasil-Reino e, na bainha, regravadas a buril, as do Brasil-Império. Ela conhecera a Independência e se transformara, imagem viva da transição que presenciara, de um lado o simbolo colonial, do outro, gravado sobre o primeiro, como que a afastá-lo e dominá-lo, o do novo Estado que surgia para a vida.

Na mesma vitrine estão os objetos maçônicos de Pedro I, a espada, o malhete, a faixa, o avental, a recordar-nos Gonçalves Ledo e aqueles outros participantes das lutas da Independência que tinham na atividade das Lojas boa parte da sua vida.

Ainda vimos ali a chave do esquite da Imperatriz Leopoldina, que se encontra no Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca.

Noutro mostruário, estão os capacetes correspondentes aos diversos uniformes da Imperial Guarda de Honra, espadas, estribos, etc. Vêm-se, também, clarins de prata dos Dragões da Independência, que — diz a legenda — tocaram a alvorada do nosso primeiro dia de povo livre, e, cem anos depois, por ocasião das comemorações do Centenário, a que iniciou as comemorações da data.

Um dos clarins do tradicional corpo está, hoje em dia, em Buenos Aires. Cinco contos de réis privaram-nos dessa reliquia histórica. Esse e outros casos semelhantes bem mostram a necessidade de dispor o Museu de uma verba para aquisição de objetos, verba de facil movimentação, com que se possa atender rapidamente a emergências dessa ordem.

Uma mesa e diversas cadeiras que serviram à primeira Constituição e o quadro de D. Georgina de Albuquerque — representando a reunião do Ministério, presidida pela que se tornaria a Imperatriz Leopoldina, e na qual ficou resolvido dirigir a Pedro I, em São Paulo, as comunicações que o levaram à proclamação do Ipiranga — fazem, também, reviver os primórdios da formação da nacionalidade.

A Marquesa de Santos figura com uma galeria de retratos de pessoas da família, inclusive a Duquesa de Goiaz, moveis e uma carta do Impe-

rador, interessantíssima pelas datas que o seu conteúdo precisa, num paralelismo curioso, feito pelo signatário, entre os fastos da nossa história e as datas do seu amor: (2)

"Meu amor, e meu tudo.

No dia em que fazia trez annos q' eu comecei ater amizade com Mece assigno otratado do nosso reconhecimento como Imperio: por Portugal. Hoje q' Mece faz os seus vintee sette recebo a agradavel noticia q' no Tejo tremulâra em todas as embarcações nelle surtas o Pavilhão Imperial effeito da ractificação do Tratado por El Rey meu Augusto Pay. Quanto he p' notar huma tal combinação de acontecimentos politicos com os nossos domesticos, e tão particulares !!!!

Aqui ha o q' quer q' seja de misteriozo que eu ainda por hora não devizo; mas q' indica q' a Providencia vella sobre nós (e se não he pecado) athe como approva a nossa tão cordial amizade com tão celebres combinações. Como estou certo q' Mece toma parte, e bem apeito nas felicidades ou infelicidades da nossa cara Patria por isso tive alembração de lhe escrever.

Este seu fiel constante disvellado agradecido, e verdadeiro Amigo, e Am.te do fundo d'alma.

O IMPERADOR

P. S. — Não responda p' se não incommodar, e perdoe a carta ser tão grande, e maior que fousse ainda não dizia oq' querem dizer taes combinações".

Na sala do Segundo Império, chama-nos a atenção uma mesa de Boule, de bronze e tartaruga, com incrustações, que pertenceu à Princesa Isabel, cuja restauração apresentou grandes dificuldades felizmente vencidas.

Numa das extremidades, podem ser vistos o quadro de De Martino, representando a chegada ao Rio de Janeiro da esquadra que trouxe a Imperatriz Teresa Cristina, e o trono de talha dourada do Senado do Império, em que Pedro II lia as "falas" de abertura e encerramento da Assembléia Geral.

* (2) Cópia do original. Nesta carta (27 de dezembro de 1825), D. Pedro I marca, do seu próprio punho, a curiosa efeméride dos seus amores com a Marquesa de Santos (Nota do M. H. N.).

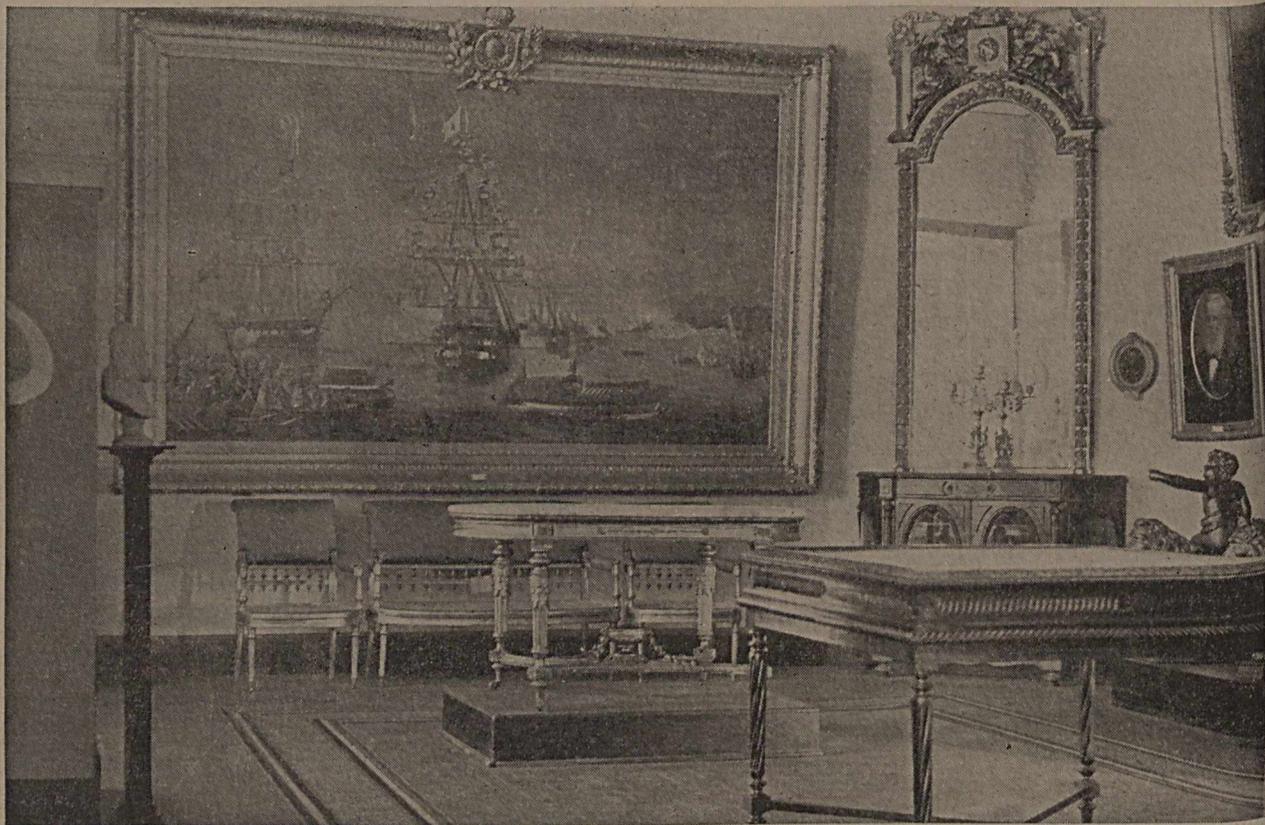
Pianos, moveis e coleções de fardas de dignatários fazem reviver a corte do segundo Império. Do Imperador ha uma bela coleção de retratos, que acompanham todas as fases de sua vida, da meninice à morte.

Atravessando o saguão, passa-se às salas dedicadas ao período da guerra do Paraguai, que trazem os nomes de Osório e Duque de Caxias.

Seria imposível lembrar toda a admirável coleção de objetos os mais variados que ilustram a história desse período.

Sobre um movel, balas raiadas usadas pelos paraguaios, indicadoras da transição da granada antiga, de forma esférica, para o canhão raiado. Existem no Museu velhos canhões portugueses e espanhois, raiados no Paraguai, para utilização de acordo com os novos princípios balísticos.

Um retrato do Conselheiro Felipe José Pereira Leal, Ministro Plenipotenciário do Brasil na República Argentina, de 1863 a 1867, durante a guerra do Paraguai, e um óleo de De Martino — "Noite de luar em Montevidéu, vendo-se fundear-



Sala do 2.º Império. Vê-se o quadro de De Martino, representando a chegada ao Rio de Janeiro da frota que trouxe a Imperatriz Teresa Cristina

Merecem destaque, contudo, na Sala Caxias, o canto onde se acham a mesa do Palácio do Governo de Assunção, sobre a qual foram assinados os atos de guerra contra o Brasil, e a vitrine contendo os objetos do Marechal Solano Lopez — a espada, a banda, os relógios, comum e de sol, e a gran-cruz da comenda de Cristo, com que o havia agraciado o Imperador.

Sobre aquela mesa permaneceu a bandeira nacional apreendida a bordo do navio mercante brasileiro Marquês de Olinda, aprisionado no início da guerra, bandeira que voltou ao país e também está no Museu.

da a esquadra imperial" — completam o canto referido.

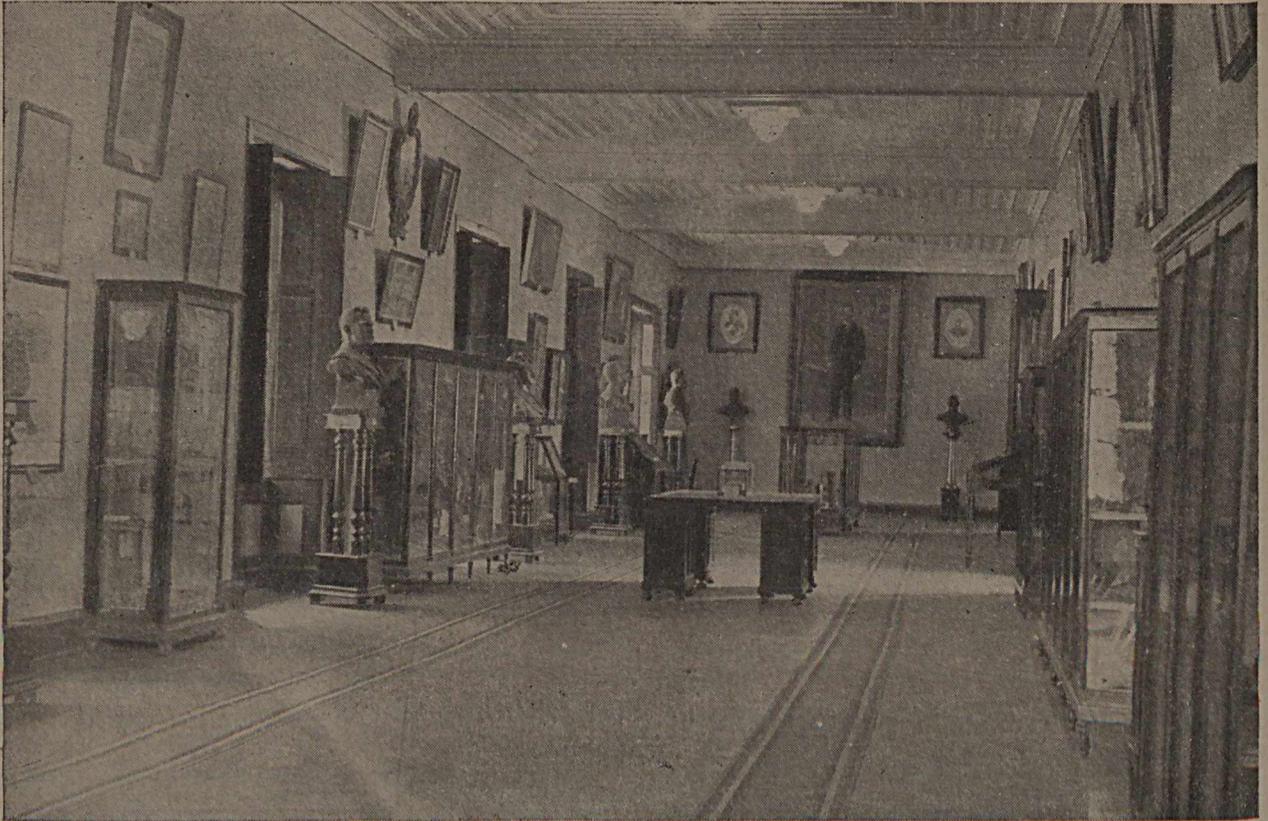
Subindo ao segundo andar — às novas salas agora adicionadas — encontra-se a parte consagrada ao período colonial e à República.

Logo ao terminar o lance, vimos uma das famosas santinhas de pau ôco. Eram imagens vasias interiormente e na qual se contrabandeava dinheiro que, na época, tinha ágio sobre o aquí circulante. Modalidade de câmbio negro, que originou o ditado...

Traves da força de Tiradentes estão na passagem para a sala do período colonial; nesta,



Sala dedicada ao período da Guerra do Paraguai. Ao alto, o óleo de De Martino "Noite de luar em Montevideo, vendo-se fundeada a esquadra imperial"; ao centro, retrato do Cons. Felipe José Pereira Leal, Ministro do Brasil na República Cisplatina de 1863 a 1867; em baixo, no canto, a mesa do Palácio do Governo de Assunção sobre a qual foram assinados, por Solano Lopez, os atos de guerra contra o Brasil; acima desta, a vitrine contendo objetos que pertenceram ao Marechal Solano Lopes; a esquerda, a banda, os relógios e a Gran-cruz de Cristo.



Sala da República. Vê-se a mesa de trabalho de Osvaldo Cruz e a vitrine onde se encontram os objetos doados pelo Presidente Getúlio Vargas.



Vista da secção de Numismática

quadros, inclusive um retrato de Fernando VII atribuído a Goya, e moveis de jacarandá.

Nas duas salas da República, destacam-se retratos dos Presidentes; a mesa onde trabalhava Osvaldo Cruz e um chapéu do Chile dos que costumava usar e que insensivelmente já associamos a sua pessoa; uma vitrine com os objetos doados ao Museu pelo Presidente Getúlio Vargas, inclusive os que lhe foram ofertados por ocasião da viagem ao Prata; a roda do leme do "Alagoas", que levou para o exílio a família imperial, e os moveis que guarneciam, a bordo, a câmara do Imperador.

SECÇÃO DE NUMISMÁTICA

A nossa visita terminou pela Secção de Numismática, sob a competente direção do Dr. Edgar Romero, que teve a gentileza de nos acompanhar pela sala Guilherme Guinle e pelas outras que compõem a sua Secção.

Na primeira se encontra a parte de numismática brasileira — moedas, medalhas militares e condecorações, inclusive séries completas de todas as ordens do tempo do Império, a do Cruzeiro, a de Cristo, etc. A coleção, riquíssima, compreende medalhas desde o domínio holandês e espa-

nhol até as mais recentes medalhas comemorativas.

Explicando-nos o grupamento das peças, que é feito de acordo com critérios definidos — metais de que são feitas, de caráter religioso, ordem cronológica, períodos e acontecimentos especiais, tais como viagens e descobrimentos, da família imperial, comemorando nascimentos, núpcias, batizados, homenagens várias — o Dr. Romero fez sentir a falta de pessoal habilitado, sendo mínimo o quadro e havendo tres vagas que não foram ainda preenchidas.

— "Pouco adianta, declarou, o Curso de Museus, preparando especialistas capazes de desempenhar as funções, si os nele habilitados não são aproveitados".

Detivemo-nos diante da série dos chefes de Estado (presidentes), das quais a primeira parte é da autoria de Botté e a segunda de Girardet.

Mais adiante, uma prensa de Cuiabá, datada de 1829, levava o Dr. Romero a nos falar sobre as moedas ditas "de engenho de cunhar", feitas de cobre, que tinham curso no primeiro reinado.

Aí terminou a nossa visita, cujo relato está muito longe de fazer justiça ao Museu Histórico Nacional, casa onde se cultiva o passado e onde se entra com curiosidade e se sai com respeito.